

A CONTRADIÇÃO PRINCIPAL: PCB e outros comunistas entre a *classe* e a *nação* (1956-1959)

Eurelino Coelho

A respeito da questão nacional, como de qualquer outra, a posição do partido operário deve se diferenciar claramente, por seu próprio método e pela concepção básica do problema, das posições adotadas pelos partidos burgueses, inclusive os mais radicais, e também das posições dos partidos pseudo-socialistas da pequena burguesia.

Rosa Luxemburgo, O Direito dos Povos à Autodeterminação.

A burguesia coloca sempre em primeiro plano suas reivindicações nacionais. Coloca-as incondicionalmente. Para o proletariado elas estão subordinadas aos interesses da luta de classes.

Lênin, Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação.

Questão nacional é o termo mais comum empregado pelos comunistas para se referir a um feixe de problemas com os quais estiveram, desde sempre, muito ocupados. Seria bem extenso, se fosse feito, o inventário dos textos dedicados ao tema por intelectuais e por organizações políticas marxistas de todos os tempos.¹ Os aspectos abordados variaram amplamente desde os textos de Marx e Engels sobre pretensões nacionais de poloneses, eslavos e irlandeses no século XIX até o caráter da revolução nos países semi-coloniais e dependentes ou o problema da autonomia política dos Estados ditos socialistas, no século XX, para mencionar apenas três de um universo bem maior. A Segunda e a Terceira Internacionais trataram da questão em inúmeras resoluções que influenciaram militantes marxistas em todos os continentes.

A despeito da produção volumosa, o balanço qualitativo da elaboração marxista sobre a questão nacional é, frequentemente, negativo. Marx e Engels teriam subestimado a força do nacionalismo² e seus seguidores tiveram que seguir por conta própria. Mesmo Hobsbawm, que não endossa as críticas e considerou “preconceituoso” este comentário, reconhece que ele é habitual.³ A abundância de escritos produzidos ao longo de mais de um século, segundo os críticos, deveria ser lida como indicador da persistência do problema, de sua não resolução pelo marxismo.

¹ Jaime Pinsky, selecionando a partir de critérios bastante estreitos, reuniu 38 textos para a sua coletânea. PINSKY, J. (org.) *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980. Ele, aliás, reconhece que seu trabalho deve muito a outra coletânea: HAUPT, G. LÖWY, M. e WEILL, C. *Les Marxistes et la question nationale (1848-1914)*. Paris, Maspero, 1974.

² Cf. o verbete *nacionalismo* no dicionário de BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

³ HOBBSAWM, Eric. Nacionalismo e Marxismo. In: PINSKY, J. op. cit, p. 302.

Não faltou quem visse aí um ponto cego na própria teoria marxista, uma “carência na análise”, um defeito de origem, talvez incorrigível: o marxismo “permaneceu sem uma concepção de nação que a colocasse na lógica dos modos de produção e das lutas de classe, conquanto estas sejam indicadas como o fundamento da história”⁴. Comprometidos com o internacionalismo, fiéis à máxima do Manifesto Comunista segundo a qual “os operários não tem pátria”, os marxistas teriam permanecido aquém dos desafios cognitivos lançados pela questão nacional. Para piorar as coisas, os problemas envolvendo a concepção e o posicionamento diante da nação e dos diferentes nacionalismos não perderam relevância prática com o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário das expectativas de Marx e Engels. Ao invés disso, eles se impuseram com complexidade crescente e urgência avassaladora a intelectuais marxistas cujas tentativas teóricas para compreender a nação, porém, teriam raramente escapado do pragmatismo. Diante do enigma incontornável, a fragilidade teórica de origem dos marxistas não os teria defendido do risco de serem devorados pela esfinge da história. Por conseguinte,

*o que hoje se chama de crise do marxismo – parcialmente devida também à subestimação da coerção estatal e da força do nacionalismo, assim como, (...) ainda mais gravemente, ao influxo do nacionalismo sobre o movimento operário e à alienação do nacionalismo em ideologia de Estado – evidencia somente a gravidade dos danos.*⁵

Pretendo submeter essa hipótese geral a um teste restrito. Ao invés de lutar com ela no plano abstrato dos conceitos⁶, ou no plano da história geral do marxismo⁷, como outros já fizeram, proponho operar na dimensão do particular: confrontá-la com documentos históricos que registram a elaboração concreta feita por alguns marxistas brasileiros sobre a questão nacional. A aposta metodológica consiste em esperar que, reduzindo a escala, melhoremos o grau de resolução em que observamos nosso objeto. Os resultados da investigação talvez não permitam um julgamento definitivo sobre a *hipótese Galissot*, mas ao verificar sua validade para um caso particular teremos dito algo a respeito de suas pretensões de verdade geral sobre a suposta “carência teórica” marxista.

Examinarei os termos do debate sobre a questão nacional envolvendo intelectuais e organizações marxistas no Brasil dos anos 1956-1959. Não se trata de um momento inaugural ou algo do gênero, pois a questão nacional já havia percorrido um longo caminho entre os marxistas brasileiros antes dessa época. O período é marcado, isso sim, pela proliferação de outras vozes que estiveram até então ausentes do campo marxista ou encobertas pelo discurso comunista oficial. Acredito poder demonstrar que a questão nacional, longe de ter sido subestimada, foi objeto de um rico debate no qual podemos detectar algumas elaborações teóricas perspicazes, criativas e politicamente promissoras. A história dessas elaborações e das políticas que elas inspiraram não foi traçada na origem por uma carga genética (marxista) deficiente, mas pelo resultado dos embates em que se viram enredadas.

⁴ GALISSOT, René. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. In: HOBSBAWM, E. (org.) *História do Marxismo* vol 4. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 174.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 178.

⁶ Cf. SILVA, Marilene Corrêa da. *A Questão Nacional e o Marxismo*. São Paulo, Cortez- Autores Associados, 1989.

⁷ Cf. PINSKY, Jaime. *Questão Nacional...* op. cit.

Uma palavra, ainda, sobre o significado de *questão nacional* no âmbito deste experimento. Não trataremos de muitos dos aspectos que, em outros contextos, foram prioritários na questão, mas sim de suas formulações específicas para o caso brasileiro.⁸ Para os marxistas brasileiros tratava-se, mais que tudo, de compreender e dar respostas políticas às condições criadas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo no país, interpretadas como fortemente condicionadas pela posição de subalternidade do Brasil perante as potências imperialistas, em especial, no período que nos interessa, os Estados Unidos da América. A dominação imperialista propriamente dita e sua importância eram amplamente reconhecidas por todos os comunistas, mas os consensos não vão muito além deste ponto. Quando se tratava de qualificar as modalidades dessa dominação, determinar seus efeitos e traçar cursos de ação para lidar com eles, a unidade dava lugar a um agudo dissenso, com desdobramentos políticos importantes. Por isso examinaremos separadamente as teses do PCB e dos outros comunistas.

QUESTÃO NACIONAL, GIRO TÁTICO E ESTRATÉGIA DO PCB

Em agosto de 1957 o Comitê Central do PCB destituiu de suas funções diretivas Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Sergio Holmos. O que estava em curso não era uma mudança pequena. Por nove anos aqueles homens haviam constituído o “núcleo dirigente” do partido e, sob a direção granítica do primeiro, foram executores fiéis da linha política traçada no contexto do retorno à ilegalidade e da cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas. O Manifesto de Agosto, de 1950, tinha sido o documento de referência daquela política⁹ que, agora, estava para ser considerada como desvio esquerdista e, junto com os dirigentes, excluída. O PCB vivia mais uma guinada tática.

Era pressionado a isto, de um lado, pelos desdobramentos das denúncias contra Stalin feitas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética por Nikita Krushev, em fevereiro de 1956. O grupo de Arruda, muito a contragosto, teve de abrir algum espaço para as discussões, o que tornou evidente a necessidade de um acerto de contas com as formulações programáticas anteriores, profundamente comprometidas pela lealdade incondicional a Stalin. O próprio Comitê Central confessa, contrito, sua culpa: “infringimos os princípios do marxismo (...) ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stalin, do PC da URSS e da URSS”¹⁰. O pequeno espaço de discussão foi rapidamente fechado, no interior do partido, por certas medidas de força, dentre as quais a famosa “carta rolha” de Prestes, em novembro de 1956.¹¹ Quando chegou a hora, nem mesmo a contrição impediu que a direção do partido perseguisse e expulsasse os responsáveis por alguns dos questionamentos mais incômodos –

⁸ Ficam excluídos, portanto, problemas tão sérios quanto a questão das nacionalidades e da extraterritorialidade, que se impunha nos tempos de Marx e da II Internacional ou, no século XX, o da autodeterminação dos povos ou o da independência das colônias na África e Ásia.

⁹ Frederico José Falcão lembra que, mais de um ano antes do Manifesto de Agosto, as linhas gerais daquela virada tática do PCB foram demarcadas por Prestes no artigo “Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo”. FALCÃO, Frederico José. *Os Homens do Passo Certo*. São Paulo, José Luiz e Rosa Sundermann, 2012, p. 126 ss. As resoluções do IV Congresso do PCB, de 1954, confirmaram a política já aprovada pela direção do partido anos antes.

¹⁰ Imprensa Popular, 19/10/1956, *apud* KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 103.

¹¹ Cf. FALCÃO, Frederico José... *op. cit.*, p. 219 ss.

militantes que ficaram conhecidos como “grupo renovador”.¹² Foi o último serviço prestado por Arruda e seus companheiros de núcleo dirigente, antes da queda. Nada disso podia impedir, porém, que os efeitos devastadores do relatório Kruschew continuassem a se propagar descontroladamente, dentro e fora das fileiras partidárias. Um dos canais que se mantiveram abertos ainda por algum tempo foi a revista *Novos Tempos*, uma iniciativa que congregava pecebistas do grupo “renovador” e outros comunistas que viam com boas expectativas a crise no PCB. Voltaremos a falar desta revista.

Por outro lado, a linha política oficial do PCB era questionada num outro aspecto que, por envolver a questão nacional, nos interessa ainda mais diretamente. Os documentos programáticos posteriores a 1948 eram unânimes quanto à constatação da indigência do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil devido ao bloqueio imperialista. Em maio de 1949, em seu informe político ao Comitê Central, Prestes apresentou a seguinte avaliação:

O que é certo é que se acentua cada vez mais o processo de colonização do Brasil, aumenta dia a dia sua situação de dependência econômica, política e militar frente ao império norte-americano (...).

Desse processo de colonização, de penetração crescente do capital ianque, que se faz com conservação dos restos feudais, a conservação no país de uma estrutura econômico-social arcaica e decadente, que entrava de maneira violenta o desenvolvimento das forças de produção, é que decorre a agravação crescente da situação das massas trabalhadoras e sua consequente radicalização.

13

O tom é ainda mais lúgubre no célebre Manifesto de Agosto:

A dominação imperialista assume, dia a dia, em nossa terra, aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional. (...)

E dessa forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional¹⁴.

Ora, os fatos, que eram ainda mais eloquentes do que Prestes, não lhe davam razão. A realidade com a qual cotidianamente se defrontavam os militantes comunistas era absolutamente incompatível com a tese do desenvolvimento bloqueado. O conjunto da economia cresceu, entre 1948 e 1958, em média, 7,2% ao ano, um desempenho impressionante. O papel da indústria neste crescimento foi decisivo: no mesmo período, o setor industrial aumentou sua participação na renda nacional de 24,9% para 32,2%, enquanto a agropecuária caía de 23,4% para 19%. O desenvolvimento industrial que o PCB não conseguia ver era, no entanto, alardeado em triunfo pelo nacionalismo burguês que exibia

¹² Cf. SANTOS, Raimundo. *A Primeira Renovação Pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, oficina de Livros, 1988.

¹³ PRESTES, L. C. Informe político ao Comitê Nacional do PCB. In: CARONE, Edgard. *O PCB*, vol 2. São Paulo, Difel, 1982, p. 90.

¹⁴ Foi publicado no jornal *A Voz Operária*, em 19 de agosto de 1950. Cito a partir da cópia eletrônica disponibilizada pela Fundação Dinarco Reis, acessada em 22/09/2013. PRESTES, Luiz Carlos. *Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação (Manifesto de Agosto)*.

https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?usp=drive_web&pli=1.

seus troféus: em 1941 entrava em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1953 era inaugurada a Petrobras e, em 1955, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. A vida mudava rapidamente naqueles anos. A população crescia e acorria em massa para as cidades: 45% dos brasileiros moravam nos centros urbanos em 1960, contra 36% dez anos antes.¹⁵ As cidades eram o lar de um jovem e robusto proletariado que se impunha decisiva e definitivamente no cenário político nacional. Vargas, ao reconhecer, inclusive na forma de leis, uma pauta significativa de direitos trabalhistas, deixava claro que ninguém mais poderia pensar em tocar a política nacional sem levar em consideração – de algum modo! – aqueles trabalhadores.¹⁶

O Estado brasileiro, tanto por suas formas institucionais quanto por seu conteúdo de classe, havia se modificado substantivamente, mas isso também era ignorado pelo PCB: o segundo governo Vargas é visto, em dezembro de 1953, como “regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo” que servem ao propósito de “impedir o progresso do Brasil” e “condenam a maioria da nação à miséria e à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição.”¹⁷

Vê-se que não é só na política sindical que é pertinente falar em desencontro da “lógica partidária oficial, daquilo que constava nos documentos”¹⁸ com a realidade. Certo, a força daquelas evidências socioeconômicas fez com que a tese do desenvolvimento bloqueado aparecesse nuançada já na resolução do IV Congresso, em 1955: a “dupla opressão, dos imperialistas e dos restos feudais” é responsável por “*retardar* o desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. E, logo a seguir: “No entanto, no correr do século XX desenvolveu-se no país a indústria nacional e surgiu a burguesia brasileira como nova classe social, em boa parte ligada aos latifundiários e dependente dos bancos estrangeiros.”¹⁹ Mas, de fato, o PCB só desistiu oficialmente de tapar o sol com a peneira no documento que marcaria a virada para a nova linha política.

A guinada tática que o expurgo de 1957 demarcou ganharia sua formulação própria com a aprovação pelo Comitê Central, em março de 1958, da “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”. O documento havia sido escrito por uma comissão secreta constituída por Mario Alves, Giocondo Dias, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e Armênio Guedes e foi apresentado por Prestes como substitutivo ao documento elaborado pela comissão oficial, que tinha sido criada pelo próprio Comitê Central na mesma reunião em que Arruda e seus companheiros caíram em desgraça.

¹⁵ Os dados foram obtidos nas séries históricas disponibilizadas pelo IBGE em seu portal eletrônico: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>, acesso em 22/09/2013.

¹⁶ O crescimento da pesquisa histórica mais recente sobre política e movimento operário a partir dos anos 40 tem aberto perspectivas novas ao rever a problemática da manipulação ou controle da classe trabalhadora a partir dos significados que as experiências de luta por direitos assumiram para os próprios trabalhadores. Dentre várias obras significativas vale mencionar, por sua influência: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª Ed., Rio de Janeiro, FGV, 2005; FORTES, Alexandre et. al. *Na Luta por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, UNICAMP, 1999.

¹⁷ Projeto de programa. In: CARONE, Edgard. *O PCB*, vol 2. São Paulo, Difel, 1982, p. 114.

¹⁸ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, UNIRIO – São Paulo, Boitempo, 2001, p. 72. A tese de Santana, como se sabe, é a de que a militância concreta dos comunistas no movimento operário os fez seguir por caminhos que aqueles documentos oficiais nunca previram.

¹⁹ IV Congresso do PCB. In: CARONE, Edgard, op. cit, p. 126, grifo meu.

No que diz respeito à questão nacional, a Declaração de Março era particularmente inovadora, para os padrões do PCB. Em plena aceleração dos anos JK, o PCB finalmente se convencia de que, a despeito do latifúndio com suas relações “precapitalistas de trabalho” e da “dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro”, o capitalismo se desenvolvia no Brasil:

Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material, de novas relações de produção, mais avançadas. (...)

*O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país.*²⁰

Segundo a nova linha política, o imperialismo não era mais considerado como um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo e sim, ao lado do latifúndio, como um dos “fatores negativos que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido”.²¹ O documento dava passos na direção de interpretar, nessa nova perspectiva, as formas pelas quais o imperialismo afetava negativamente o desenvolvimento da nação:

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.

*A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano.*²²

Eis a questão nacional tal como formulada pela Declaração de Março: a nação se desenvolve graças ao capitalismo mas, nesse desenvolvimento, defronta-se com o imperialismo (e o latifúndio) como antagonista. O PCB mostrava otimismo diante deste confronto:

*Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional arcaica em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.*²³

O otimismo do documento transparecia, também, na análise das forças sociais e de seus interesses diante dos “interesses gerais da nação”. De um lado, os imperialistas e seus aliados, “setores de latifundiários e setores da burguesia”. Do outro lado, “forças muito amplas” – a rigor, quase a sociedade inteira, convidados para a “frente única”:

²⁰ Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) *PCB: Vinte anos de Política (documentos)*. São Paulo, LECH, 1980, p. 4, grifos meus.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 5.

²² Id., *ibid.* p. 6, grifo meu.

²³ Id., *ibid.*, p. 8.

*o “proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada (...); a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado externo ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos”.*²⁴

A “Declaração” reconhecia a existência de interesses contraditórios entre a burguesia e o proletariado, recomendando que este último salvaguardasse “sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única”. No entanto, de modo algum os comunistas “condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento”²⁵ ou “à total aceitação de suas opiniões”.²⁶

Mudava também a visão sobre o Estado, que deixava de ser considerado, como em 1953, um “regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano”²⁷ e assumia uma característica nova:

*O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado.*²⁸

Depois de analisar nesses termos a correlação de forças na sociedade brasileira, não surpreende que a Declaração proclame a

*possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.*²⁹

Estão postos os elementos definidores do caráter da revolução no Brasil, segundo o PCB, “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”. A questão nacional é equacionada nos termos das necessidades de acumulação de capital, sem meias palavras: “**Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo**”. Não que inexista contradição entre o proletariado e a

²⁴ Id., *ibid.*, p. 14.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 15.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 16

²⁷ Projeto de programa. In: CARONE, Edgard, *op cit.*, p. 116.

²⁸ Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil, *op. cit.*, p. 8. Esta caracterização do Estado é a base da política do PCB diante do governo Juscelino, visto como resultado de um compromisso frágil entre um setor pró-imperialista (“entreguista”) e outro “nacionalista burguês”. Id., *ibid.*, p. 6-7.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 22.

burguesia “que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual.” Nas condições atuais “ **a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a *contradição principal na sociedade brasileira***”.³⁰

Muitos autores sublinham o caráter inovador das formulações propostas pela Declaração de Março, alguns até com certo exagero.³¹ Nem todos, é bom que se diga, viram com simpatia as mudanças. Foi o caso dos comunistas ligados ao velho núcleo dirigente que se opuseram à nova linha, considerada “oportunismo de direita” e, como tal, um desvio a ser combatido.³² Derrotados na luta interna, viram a linha da Declaração de Março ser consagrada pelo V Congresso do PCB, em 1960, e um ano depois, quando o novo núcleo dirigente mudou o nome da organização para Partido Comunista *Brasileiro*, partiram para organizar o PCdoB. Sua atitude é mais um indicador de que algo mudara. Tratava-se, evidentemente, de uma nova linha política. No entanto, é conveniente não superestimar o alcance das mudanças.

Conquanto reais e bastante rumorosas, as inovações programáticas do final dos anos 50, inclusive a formulação da questão nacional, se mantiveram dentro dos limites estratégicos que o PCB adotara muitos anos antes no programa de revolução nacional e democrática (anti-imperialista e antilatifundiária).³³ Desta perspectiva, há mais continuidades que rupturas entre as distintas linhas políticas. Antes o imperialismo bloqueava o desenvolvimento do país e ameaçava devolver o Brasil à condição de colônia; agora ele é um fator negativo, mas o capitalismo (força progressista) abre caminho apesar dos percalços. Nos dois casos o enfrentamento do imperialismo é concebido como expressão do interesse da nação e, mais importante, nos dois casos o interesse da nação é definido em termos de compromisso com o desenvolvimento do capitalismo. A via pacífica de 1958 é uma novidade e a frente única da Declaração de Março é bem mais ampla que a do Manifesto de Agosto, mas os objetivos finais da revolução pela qual lutavam os comunistas não foram modificados. Mesmo durante a fase considerada “esquerdista”, criticada pela nova linha política, o PCB jamais chegou a excluir a burguesia nacional, ou setores da burguesia, do protagonismo diante da resolução da questão nacional³⁴. A tática foi alterada, não a estratégia.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 13, grifos meus.

³¹ Dentre muitos que poderiam ser citados cf. SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981; REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas, Unicamp, 2002.

³² Cf. GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: *Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

³³ Para as origens da estratégia pecebista, ainda na década de 20, ver ZAIDAN FILHO, Michel. O Grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. AL. *História do Marxismo no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1991. Carlos Zacarias estudou os “impasses” dessa estratégia num momento anterior ao que discutimos aqui: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os Impasses da Estratégia. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. Salvador, UNEB – São Paulo, Annablume, 2009.

³⁴ No Manifesto de Agosto, carta magna da fase dita “esquerdista”, as “classes dominantes” são considerada “caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional”. Mesmo assim, entre as forças agrupadas entre os que querem “paz, liberdade e lutam pela independência da pátria do jugo imperialista” estão os “pequenos comerciantes e industriais”. Prestes aponta aos brasileiros...(Manifesto de Agosto), *op. cit.*, p. 7.

Como se pode interpretar a longa sobrevivência da estratégia da revolução nacional e democrática? Quartim de Moraes vê aí um “grande mérito teórico”, pois explicaria “o atraso brasileiro em termos de atrofia, bloqueio e frustração da revolução burguesa. (...) O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista.”³⁵ Segundo este autor o programa nacional-democrático perdurou porque enfrentava, com mais acertos que erros, as “contradições não resolvidas da revolução burguesa no Brasil”³⁶, enquanto os outros marxistas, que se opunham ao PCB, eram portadores de “uma concepção verbalmente intransigente e ideologicamente messiânica da missão histórica da classe operária”³⁷. Mesmo a aliança com a burguesia nacional, apesar de nascer de uma “avaliação demasiado otimista”, não seria um equívoco tão grave quanto seus detratores pretendem:

*Não era fatal que o ‘empresariado’ brasileiro optasse pela condição de sócio menor do Império estadunidense. Valia a pena lutar para que não passasse, como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As consequências continuamos a amargá-las até hoje.*³⁸

O que significa, exatamente, a expressão “não era fatal”? Afinal, a opção por tornar-se sócio minoritário do império respondia objetivamente aos interesses de classe do empresariado ou foi motivada por um fator de outra natureza? A um autor que condena tão duramente as teses que considera messiânicas se poderia perguntar em que análise materialista de interesses de classe ele se apoia para crer que a burguesia brasileira consideraria que *sua contradição principal* era com o imperialismo e não com os trabalhadores.

Há quem pense de outro modo. Anita Leocádia Prestes registra a “recorrência de posições nacionalistas”³⁹ ao longo de toda a história do PCB. Analisando o debate sobre a nova linha política de 1957-58, conclui que os comunistas estavam sob a “influência da ideologia do nacional-desenvolvimentismo (...) segundo a qual caberia um papel destacado à burguesia nacional no processo de conquista da independência nacional. (...) O nacionalismo, mais uma vez, levava a melhor entre os comunistas brasileiros.”⁴⁰

A história dos partidos comunistas mostra que eles não mudam sua estratégia com frequência e nem sem traumas. No caso do PCB, a estratégia nacional democrática foi mantida e, com ela, a identificação da questão nacional com as exigências da acumulação de capital. Mas o PCB, ainda que largamente majoritário, não detinha o monopólio do marxismo no Brasil. Havia outras vozes que, justamente naqueles anos, começavam a falar um pouco mais alto.

³⁵ MORAIS, João Quartim. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, J. Q. e DEL ROIO, M. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, vol. IV. Campinas, UNICAMP, 2000, p. 160. No trecho citado o autor se refere especificamente à obra de Nelson Werneck Sodré, considerado por ele um autorizado advogado da estratégia nacional-democrática.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 183.

³⁷ Id., *ibidem*, p. 158.

³⁸ Id., *ibidem*, p. 184.

³⁹ PRESTES, Anita Leocádia. *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58). Luiz Carlos Prestes e a Política do PCB*. São Paulo, Brasiliense, 2010, p 38.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 153.

OUTROS COMUNISTAS FACE À QUESTÃO NACIONAL

De quem estamos falando? Ao contrário do PCB, que dispensa apresentações, os outros comunistas brasileiros são menos conhecidos, inclusive dos historiadores.⁴¹ A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e sobretudo a Liga Socialista Independente (LSI) não mereceram, até aqui, muita atenção: foram analisadas apenas em poucos artigos, dissertações de mestrado ou mencionadas no interior de textos que tratavam de outros assuntos.⁴² Começemos pela LSI e com uma advertência: não temos meios para sanar esta importante lacuna historiográfica, mas a silhueta da questão nacional aparece nos poucos documentos disponíveis com suficiente nitidez para que seja observada.

O pouco que sabemos sobre a história da LSI provém de alguns depoimentos colhidos por historiadores que pesquisavam outras organizações. Hermínio Sachetta, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Alberto Luiz da Rocha Barros, Maurício Tragtemberg, Emir e Eder Sader e Michael Löwy estiveram envolvidos nas discussões, iniciadas provavelmente em 1956, para criar uma “nova organização, ao mesmo tempo revolucionária, marxista e anti-stalinista”. A Liga “nunca passou de um grupo de 20 pessoas (no máximo) que publicava um pequeno jornal, *Ação Socialista*.” Exceto Sachetta, chamado afetuosamente de “o velho”, e um “sapateiro de origem anarquista”, os demais eram jovens estudantes.⁴³ Tanto Löwy quanto Moniz Bandeira⁴⁴ concordam que a influência mais nítida sobre a LSI era a de Rosa Luxemburgo, cujo retrato “era a única decoração no austero quatinho da Brigadeiro Luiz Antônio que servia de sede à Liga”. De acordo com Löwy, Hermínio Sachetta, que havia rompido com o trotskismo, passou a considerar o marxismo luxemburguista como a “verdadeira resposta ao eterno problema do movimento operário – a síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade.”⁴⁵

Uma *Declaração de Princípios*, um *Programa* e os *Estatutos* da LSI foram publicados num folheto em 1956 em cuja contracapa os responsáveis anunciavam uma conferência nacional “a ser realizada proximoamente”⁴⁶. Não temos notícia de que a conferência tenha, afinal, acontecido, mas sabemos, por Luiz Alberto Moniz Bandeira, que o programa foi escrito por ele

⁴¹ O Partido Operário Revolucionário (POR), trotskista, enquadra-se, obviamente, na minha categoria de “outros marxistas”. Não está incluído neste estudo por duas razões: não tenho como consultar, no momento, os documentos dessa organização e, de qualquer modo, a eventual inclusão poderia dar a este texto mais páginas do que é razoável. Recomendo, sobre o tema, o livro de LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

⁴² No caso da POLOP, um grupo de pesquisadores da UEFS vem desenvolvendo uma pesquisa cujos resultados começam a aparecer. Além deles, há o importantíssimo trabalho de preservação e divulgação do patrimônio teórico da POLOP levado à frente pelo Centro Victor Meyer, uma iniciativa de ex-militantes da organização.

⁴³ LÖWY, Michael. Depoimento. In: SACHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Campinas, Pontes – UNICAMP, 1992, p. 81.

⁴⁴ Apud OLIVEIRA, Joelma Alves. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. 01/09/2007. Dissertação de mestrado. UNESP. Araraquara, 2007, p. 42.

⁴⁵ LÖWY, Michael. Depoimento. Op. cit., p. 81.

⁴⁶ LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. *Projeto de Programa*. São Paulo, 1956, mimeo. UNESP/CEDEM, Fundo POLOP.

e os estatutos por Alberto Luiz da Rocha Barros.⁴⁷ A análise da questão nacional, que aparece sobretudo no primeiro desses documentos, é mediada pelo desenvolvimento do conceito de *capitalismo de Estado*, basilar na interpretação que a LSI fez do capitalismo do seu tempo.

Forma específica do capitalismo da “nossa época, de decadência geral do sistema capitalista”, o capitalismo de Estado caracterizar-se-ia pela “crescente intervenção do Estado em todas as atividades sociais, basicamente nas de caráter econômico.” O fenômeno seria, por um lado, a resposta consciente da classe dominante “para vencer a anarquia da produção em um mundo que, tecnicamente, se integra em áreas econômicas cada vez maiores e mais complexas, e para não sucumbir ante a pressão emancipadora cada vez mais forte da classe operária”. Por outro lado, seria decorrência das

*leis internas de seu [do capitalismo] próprio desenvolvimento. A livre concorrência gera o monopólio. O monopólio, por sua vez, (...) tende a subsistir como monopólio de Estado. O poder econômico, que se contentava, antes, em controlar indiretamente o poder político, agora necessita controlá-lo diretamente e se funde com ele. O capitalismo clássico desaparece e surge o capitalismo de Estado.*⁴⁸

Esta transformação do capitalismo e do Estado, que se torna o “capitalista coletivo real”, ocorreria em escala mundial: tanto em países subdesenvolvidos como naqueles de mais alto desenvolvimento e concentração das forças produtivas ocorreria a “alienação, em favor do Estado, por parte da burguesia, de prerrogativas e funções que (...) eram especificamente suas.”⁴⁹ No caso dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a

*incipiência da acumulação primitiva de capital impõe, às burguesias retardatárias, a necessidade imperiosa de atribuir aos seus ‘Estados nacionais’ a tarefa de mobilizar os recursos econômico-financeiros indispensáveis para a criação das estruturas econômicas e políticas necessárias à sua própria sobrevivência, como classe.*⁵⁰

Sob esta perspectiva os investimentos estatais diretos, tão festejados pelo nacional-desenvolvimentismo, são interpretados em chave crítica. Se é verdade que eles criam condições para a industrialização e, assim, para a libertação dos trabalhadores de formas servis de exploração agrícola, por outro lado eles significam “a necessidade que a burguesia sente de transferir, para o conjunto social, os ônus impostos pelos empreendimentos, conjunturalmente deficitários, mas fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento da economia capitalista.”⁵¹

O imperialismo, por seu turno, ainda que mantivesse muito de suas características “antigas” de exploração direta dos povos coloniais e semi-coloniais, ganhava a nova função de,

⁴⁷ A informação consta em trecho de carta endereçada a Osvaldo Coggiola e por ele parcialmente publicada: COGGIOLA, Osvaldo. O Trotskismo no Brasil (1928-1964). In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) *Corações Vermelhos. Os Comunistas Brasileiros no século XX*. São Paulo, Cortez, 2003, p. 266-267.

⁴⁸ LSI. Declaração de Princípios. In: LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. *Projeto de programa*, op. cit., p. 4.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁵⁰ Id., *ibidem*, p. 5.

⁵¹ Id., *ibidem*, p. 6.

*mediante empréstimos, ajudas, concessões, intervenções militares diretas ou indiretas, **manter no poder as burguesias nacionais incapazes, corruptas ou fracas, que não podem resistir isoladas à pressão emancipadora dos trabalhadores, especialmente ao avanço dos chamados movimentos nacionalistas nos países retardatários.***⁵²

Salta aos olhos o quanto a relação entre o imperialismo e as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos é pensada, pela LSI, em bases inteiramente distintas da estratégia pecebista. A ideia de um antagonismo – ou antes, uma contradição – entre os interesses da burguesia nacional e o imperialismo que fosse suficientemente profunda para levar a burguesia a tomar seu lugar numa frente anti-imperialista e participar da revolução nacional simplesmente não existe na formulação da LSI. Ao contrário de lutar contra ele, as burguesias retardatárias dependem do imperialismo para conquistar e manter-se no poder de Estado. A condição de sócio do imperialismo não é negociável e o saque imperialista não é realizado apenas *contra* as burguesias nacionais mas, principalmente, *com* elas: “Ao mesmo tempo que concede esse amparo às burguesias das regiões desenvolvidas, **o imperialismo arranca para si, através dessas mesmas burguesias, largas parcelas das rendas nacionais.**” Evidentemente, isso desautorizava qualquer expectativa de que essas burguesias se movimentassem com independência diante do imperialismo, já que as “veleidades de independência das burguesias nacionais não são, na prática, senão esfarrapadas cortinas ideológicas velando toda sorte de acordos entre o Imperialismo e seus aliados ou agentes crioulos nos países subdesenvolvidos”.⁵³

Eis a questão nacional posta sobre outros fundamentos. *Como o PCB*, a LSI vê os problemas fundamentais do Brasil a partir de sua condição de “país retardatário que não resolveu ainda a questão agrária e nem se libertou de sua sujeição ao imperialismo.” *Diferentemente do PCB*, no entanto, a LSI dá muita ênfase ao fato de que, devido a esta situação, “redobrada exploração recai sobre o trabalhador do Brasil, por ação direta da burguesia nacional e, através dela, do imperialismo.” Devido às deficiências da sua acumulação, a “burguesia nacional industrial e latifundiária (...) multiplica as formas de extorsão de mais-valia” visando “taxas de lucro de alto nível, o que redundava em brutal exploração econômica”.⁵⁴ Finalmente, *em contraposição direta à estratégia do PCB*, a LSI considera como incompatíveis os interesses da burguesia nacional (ou seja, as exigências da acumulação de capital) e a luta pela resolução da questão nacional (o latifúndio e a subordinação ao imperialismo).

*A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que historicamente deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica do proletariado e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, **serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas.** Os passos iniciais desse processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural.*⁵⁵

⁵² Id., *ibid.*, p. 7.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 7, grifos meus.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 11.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 12, grifo meu.

O fragmento acima confirma o óbvio: outra maneira de formular a questão nacional é parte de outra estratégia revolucionária. Em lugar do etapismo, um processo único entrelaçado com os objetivos socialistas. Em lugar da aliança com a burguesia nacional, ação independente do proletariado e dos trabalhadores em geral. Em lugar da revolução nacional democrática e da frente popular, ecos da teoria da revolução permanente, que o ex-trotskista Sachetta conhecia bem.

Por tudo quanto sabemos, a LSI teve vida efêmera. Foi dissolvida no começo dos anos 60, com o surgimento da POLOP. Hermínio Sachetta, que não aceitou ingressar na POLOP, organizou o Movimento Comunista Internacionalista (MCI), que existiu por alguns anos, sempre muito pequeno e restrito a São Paulo.⁵⁶ Seria precipitado, porém, concluir daí que a Liga não teve importância na história recente do marxismo no Brasil, ao menos no que diz respeito aos debates sobre a questão nacional. Veremos, abaixo, que algumas teses da LSI foram apropriadas pela POLOP – e parte delas circulou por espaços ainda mais amplos. Nos poucos documentos de que dispomos pudemos constatar que o argumento desenvolvido na Declaração de Princípios, em 1956, continuou por algum tempo a ser esgrimido por Hermínio Sachetta nas páginas do Ação Socialista. Num artigo sobre o risco de um golpe bonapartista publicado em dezembro de 1958 ele menciona a “chantagem usada pelas podres e impotentes burguesias dos países subdesenvolvidos como o nosso, para se encherem e, mais ainda, aos seus SÓCIOS ricos de Wasghington, que levam a seiva do trabalho nacional em polpudos juros, *royalties* e amortizações.”⁵⁷ Um ano depois, escrevendo sobre as candidaturas Lott e Jânio à presidência, vaticina: “qualquer dos dois que venha a ser eleito (...) subordinará sua administração aos interesses da burguesia brasileira e de seus sócios imperialistas.”⁵⁸ Se é verdade que a Declaração foi escrita por Moniz Bandeira, a semelhança não é mera coincidência. Significa que, embora muito pequena e de vida breve, a Liga conseguiu certo grau de unidade política.

Vários militantes da LSI participaram, em 1961, do congresso de fundação da ORM-POLOP. As articulações que resultaram na criação dessa nova organização começaram, porém, alguns anos antes e já apareciam nitidamente no cenário de debates criado pelas repercussões do XX Congresso do PCUS. A revista *Novos Tempos*, mencionada acima, circulou entre 1957 e 1958 (seis números ao todo) e abriu espaço até para intervenções que criticavam aberta e firmemente os limites da política do PCB (inclusive sobre a questão nacional) e sinalizavam para a construção de alternativas organizativas. Uma dessas intervenções apareceu em janeiro de 1958, no número 4 de *Novos Tempos*, no artigo *O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada*, assinado por Eurico Mendes. O texto, assim como outros que aquele autor publicou na mesma época, antecipava componentes do que viria a ser, mais tarde, a linha política da POLOP.

⁵⁶ Cf. GORENDER, Jacob. Epílogo para um romance à revelia do autor. In: SACHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas...* op. cit.

⁵⁷ SACHETTA, Hermínio. Frente Única Burguesa e Golpe Bonapartista. In: SACHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das bruxas...* op. cit., p. 105-6, caixa alta e itálico no original.

⁵⁸ SACHETTA, Hermínio. Nem Lott, nem Jânio: por uma Política de Classe. In: SACHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas...* op. cit., p. 110.

Não há surpresa nessa constatação. Eurico Mendes era, na verdade, Erich (depois chamado Érico) Czaczkes Sachs, que viria a ser o mais influente dirigente e teórico da POLOP. Nascido em Viena, em 1922, numa família judia, Sachs viveu em Moscou na adolescência, onde iniciou seus estudos do marxismo até ser expulso, em 1937, por seus contatos com a oposição a Stalin. Nos anos seguintes, em Paris, aproximou-se dos líderes do Partido Comunista Alemão – Oposição (KPO), Brandler e Thalheimer. A ameaça que a guerra significava para comunistas judeus pesou na decisão de emigrar para o Brasil, com sua mãe, em 1939. Trabalhou como gráfico e jornalista, publicando alguns artigos no Correio da Manhã.⁵⁹ O homem que publicou os artigos que vamos examinar a seguir falava a partir de um lugar muito peculiar do campo marxista no Brasil dos anos 50. Com menos de 40 anos de idade, diferente de qualquer comunista brasileiro, tinha experiências e contatos internacionais com marxistas que participavam de práticas organizativas alternativas seja aos partidos comunistas oficiais, alinhados com os ditames do PCUS, seja ao trotskismo. Suas referências fundamentais provinham do comunismo alemão de oposição, sem vínculos com a tradição ou com as estruturas do PC brasileiro. Sua crítica ao stalinismo era anterior ao discurso de Krushev, e baseava-se em outros critérios. Uma voz nova, portanto.

O objetivo do artigo na *Novos Tempos* era aproveitar o momento de convulsão vivido pelo PCB na esteira das repercussões do XX Congresso, inclusive o surgimento da “corrente renovadora” que animava a revista, para fazer uma crítica radical e propor uma saída da “encruzilhada”: a construção de um partido revolucionário alternativo ao PCB. Para Sachs o “partido falhou” em sua tarefa primordial, que era a de construir no proletariado a “consciência de classe que lhe permitisse preencher um papel independente na política nacional.”⁶⁰ Mais que isso, o PCB sequer conseguiu aplicar os fundamentos teóricos do marxismo à realidade brasileira: “Ainda não foram criadas as bases teóricas e práticas do marxismo brasileiro”.⁶¹

Ao fazer a crítica ao PCB o artigo, dentre vários aspectos considerados, aciona argumentos que envolvem a questão nacional, tema a que vamos nos limitar. “A nação”, escreve Sachs, está

*desprotegida pela falta da existência de um proletariado com consciência socialista, capaz de polarizar, reunir em torno de si e impulsionar um movimento de emancipação mais amplo, para o qual as condições estão maduras. Enquanto não existir no Brasil um proletariado como fator político independente, em condições de arrastar camadas mais vastas da população na defesa dos interesses vitais do país, a resistência ao imperialismo dependerá dos oscilantes e inconsequentes movimentos pequeno-burgueses e burgueses, que capitularão nos momentos decisivos, isto é, todas as vezes em que o imperialismo der uma prova de força.*⁶²

⁵⁹ As informações sobre a vida de Érico Sachs foram obtidas em MEYER, Victor. Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

⁶⁰ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada. *Novos Tempos*, n. 4, janeiro de 1958, [7]. Citamos o documento a partir de uma edição eletrônica, sem numeração de páginas: <http://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>, acesso em 22/09/2013. Como o artigo está dividido em seções numeradas, indicamos entre colchetes o número da seção da qual foi extraído cada fragmento citado.

⁶¹ Idem, *ibidem*, [1].

⁶² Id., *ibid.*, [10].

Combater o imperialismo é uma tarefa que se impõe inelutavelmente num país como o Brasil, mas tudo muda de significado a depender do modo de formular o problema. Para Sachs a questão determinante, que subordina todas as demais, é a participação independente da classe trabalhadora nas lutas. Um “movimento nacionalista ainda tem um papel progressista a desempenhar no Brasil”⁶³, mas “existem nacionalistas e existem comunistas” e “não é possível abraçar as duas correntes ao mesmo tempo.”⁶⁴ Isso porque o “nacionalismo é evidentemente uma ideologia burguesa e sua expansão no seio da classe operária deixaria esta à mercê da liderança ideológica e — para isso basta apenas um passo — orgânica da burguesia.”⁶⁵

Sachs não condenava a aliança entre a classe operária e os nacionalistas “dentro de um movimento antiimperialista mais vasto”, mas tal aliança não poderia ser feita com sacrifício dos interesses de classe dos trabalhadores. A condição de exploração imperialista não subordina nem posterga a luta da classe operária por sua emancipação frente ao capital, ao contrário: é a condição de classe que leva à luta anti-imperialista. Sendo assim, no caso de uma aliança com correntes nacionalistas cuja política fosse efetivamente anti-imperialista, seria essencial

*deixar claro para eles que a atual situação internacional do país é um produto de sua estrutura interna. Sem reforma social radical não há emancipação nacional. Somente o socialismo transformará os nossos caboclos em homens do Século Vinte e fará do Brasil uma nação verdadeiramente livre e independente, com direitos iguais a outros povos emancipados deste mundo.*⁶⁶

No ano seguinte o início de circulação da revista *Movimento Socialista*, cujo editor era Moniz Bandeira, deu mais um passo na direção do agrupamento de marxistas com vistas à criação do novo partido revolucionário. A revista foi um momento importante no processo de articulação de intelectuais e militantes que, três anos depois, fundariam a POLOP. Érico Sachs tomou parte ativa no projeto editorial, contribuindo com três artigos nos dois números que saíram e, no primeiro deles, intitulado *Marxismo ou Apologética Nacionalista*, retomou e aprofundou sua abordagem sobre a questão nacional.⁶⁷ O argumento é montado com cuidado, desde a formulação do problema, passando pela recuperação de textos clássicos de marxistas que trataram da questão nacional em diferentes momentos e sob diferentes perspectivas, até a apresentação de sua própria análise da luta anti-imperialista nas condições do Brasil e dos encaminhamentos políticos que, à luz de sua reflexão, lhe pareciam pertinentes. O ano era 1959 e já eram bem conhecidas dos marxistas no Brasil a *Declaração de Março* e sua tese sobre a “contradição principal”. O tom do artigo é, pois, fortemente polêmico na denúncia da capitulação das forças da esquerda brasileira, particularmente o PCB, que

em nome de ‘alianças’ e ‘frentes’, defendem a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado. O que todas essas facções (...) têm em comum é a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das

⁶³ Id., *ibid.*, [11].

⁶⁴ Id., *ibid.*, [12].

⁶⁵ Id. *ibid.*, [11].

⁶⁶ Id., *ibid.* [12].

⁶⁷ Os dois outros artigos foram publicados no segundo número de *Movimento Socialista*. Uma curiosidade: um deles, assim como o do primeiro número, foi assinado como Eurico Mendes e o outro como Ernesto Martins, outro pseudônimo de Sachs.

*reivindicações do proletariado é tido como condição 'sine qua non' da luta antiimperialista.*⁶⁸

Sachs desafiava abertamente a autoridade do PCB no campo do marxismo, um procedimento coerente com seu objetivo de abrir caminho para a construção de uma alternativa de organização revolucionária. Por isso parte do artigo foi dedicada ao propósito de desmascarar o estratagema pecebista que consistia em justificar a adesão ao nacional-reformismo com argumentos marxistas. Demonstrando um conhecimento extenso e, no Brasil de então, pouco comum sobre a obra de Marx e Engels, Sachs recorreu a diversos textos dos próprios autores do Manifesto Comunista para sustentar que não é possível, sem ser desonesto, apoiar-se neles para legitimar o nacionalismo. Em todas as ocasiões em que trataram da questão nacional, tal como ela se apresentou em diferentes momentos no século XIX, Marx e Engels sempre consideraram que “o problema nacional e da independência nacional não representava um fator isolado ou um princípio em si. Eles subordinaram conscientemente a questão às necessidades da classe operária europeia e do seu movimento revolucionário.”⁶⁹

Até mais do que Marx e Engels, era Lênin (e, antes de 1956, o “leninista” Stalin) que o PCB convocava para emprestar sua autoridade à causa nacionalista. Para Sachs, tratava-se do mesmo estratagema ilegítimo. Antes da Primeira Guerra, numa polêmica travada com Rosa Luxemburgo, Lênin defendera a validade, para o contexto russo, do artigo do programa do seu partido que afirmava o direito dos povos à autodeterminação, contestado por Rosa. Já então o líder dos bolcheviques não confundia sua política com a dos nacionalistas e recomendava ao proletariado da Rússia (Sachs cita Lênin)

*uma tarefa dupla, ou bi-lateral: “Combate a qualquer nacionalismo e em primeiro lugar contra o nacionalismo grão-russo (...); simultaneamente, no interesse do combate bem sucedido contra todo nacionalismo de qualquer nação: defesa da luta proletária e das organizações proletárias, sua integração mais estreita numa comunidade internacional, contrária às tendências burguesas de separação nacional”*⁷⁰

As formulações mais maduras de Lênin sobre a temática seriam, de acordo com Sachs, as “teses sobre a questão nacional e colonial”, escritas por ele e aprovadas como resolução da Internacional Comunista em seu 3º Congresso, em 1920. Elas partiam do princípio de que “a exploração imperialista é um produto do capitalismo e que não será possível eliminar a opressão nacional e a desigualdade sem a derrocada final do capitalismo. E este é o objetivo da classe operária mundial.”⁷¹ Nos países “atrasados feudais ou patriárquico-camponeses” as teses indicavam o apoio aos movimentos de libertação nacional combatendo “resolutamente

⁶⁸ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista. Movimento Socialista*, n. 1, Rio de Janeiro, 1959, p. 38. O exemplar consultado está depositado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, fundo POLOP.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 41. Sachs cita, além do Manifesto de 1848, vários escritos de Marx e Engels, incluindo artigos e cartas que nunca tinham sido traduzidas para o Português.

⁷⁰ Id., *ibidem*, p. 43. O trecho entre aspas é uma citação de um dos parágrafos finais do artigo de Lênin “Sobre o direito das nações à autodeterminação”, de 1914. A supressão de um trecho intermediário da citação, indicada por “(...)”, foi feita por mim.

⁷¹ Id., *ibidem*, p. 44.

qualquer tendência de fusão com tais movimentos ou de adesão ideológica”. A tarefa indicada pela resolução da IC aos comunistas de tais países seria “educar e desenvolver os germes dos movimentos proletários existentes nesses países, preparando-os para suas tarefas próprias, isto é, ao combate às tendências burguesas em seu próprio país.” Lênin via, nos movimentos de libertação nacional, aliados do proletariado soviético mas, em momento algum, ele ou Bukharin (também citado por Sachs) tiveram em mente o “sacrifício de um movimento proletário a um aliado nacionalista passageiro.”⁷²

Essa inversão do programa da IC teria sido obra, isso sim, de Stalin, que “subordinou os interesses da luta do proletariado mundial aos interesses imediatos da União Soviética e sacrificou a revolução europeia e mundial às conveniências da diplomacia soviética.” Stalin necessitava de aliados no cenário internacional e, para tanto, “não mostrou os escrúpulos dos revolucionários de 1920: liquidou o conteúdo marxista do comunismo internacional e reabilitou justamente o os dois fatores, que provocaram a cisão da Segunda Internacional: a paz social e o social-patriotismo.”⁷³ O abandono do internacionalismo operário e a subordinação da classe operária à política externa de Moscou seriam características do stalinismo. Se não fossem superadas, a proclamação de desestalinização (em voga desde o XX Congresso, inclusive em setores “renovadores” do comunismo brasileiro) continuaria a soar no vazio.

Depois de denunciar o estratagema através do qual o PCB, em nome do marxismo, assumia posições não marxistas, Sachs voltou sua atenção para a questão nacional brasileira. A tese, transformada em lugar-comum, de que o Brasil é um país subdesenvolvido não explicaria muita coisa: “Arábia Saudita é incluída nessa categoria, e Ghana, Afeganistão e Etiópia também.” O Brasil se distinguiria de todos esses países pelo “grau do seu desenvolvimento industrial, a existência de uma burguesia e de um proletariado bem definidos”. Visto por este ângulo “estamos mais próximos de certas nações europeias do que de um país africano médio”. Sachs caracteriza o conteúdo de classe do Estado brasileiro em perspectiva completamente distinta do PCB, que via nele alguma forma de composição variável envolvendo latifundiários, burguesia entreguista e burguesia nacional. Para ele a revolução de 1930 “trouxe a burguesia industrial ao poder, que ela, por sua vez, confiou a Getúlio Vargas. Desde o fim da guerra ela exerce o poder, diretamente mediante os órgãos legislativos, tendo responsabilidade pela situação objetiva do país.” Considerando ainda que era um país com uma classe operária de três milhões de indivíduos, e criando meio milhão de empregos anualmente, com boa parte da população trabalhadora do campo constituída pelo proletariado rural, o Brasil só poderia ser considerado subdesenvolvido em comparação com regiões de capitalismo antigo. Frente à maioria da humanidade e, particularmente à América Latina, o Brasil já seria “economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista”.⁷⁴

A questão do latifúndio, inseparável da questão nacional, é melhor trabalhada no artigo *Luiz Carlos Prestes e seus Aliados*, publicado no número seguinte da revista. O desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro se deu sobre a base de uma “economia agrária latifundiária

⁷² Id., *ibid.*, p. 44.

⁷³ Id., *ibid.*, p. 45.

⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 46.

que até hoje conserva traços de monocultura”⁷⁵, o que, por um lado, atuou como um freio ao restringir o mercado interno. Por outro lado, são as exportações agrícolas que financiam a industrialização do país. Esses dois aspectos, combinados, configuram uma relação tanto de antagonismo como de comunidade de interesses e explicam a posição dessas classes dominantes perante o imperialismo, de cujo mercado elas dependem para realizar o valor da produção nacional.

Sachs reconhece, naturalmente, que o imperialismo explora economicamente o país, intervém em suas políticas interna e externa, lesa e limita a sua soberania. Mas a opressão imperialista sobre países como o Brasil assumiria duas características que a tornariam diferente tanto da questão nacional europeia do século XIX quanto da colonização direta do século XX:

*Em primeiro lugar (...) é compatível com a existência de Estados nacionais, formalmente soberanos, e dispensa do domínio direto dos países explorados. (...) Em segundo lugar, a nova forma do domínio imperialista não seria possível sem a cumplicidade das classes dominantes dos países oprimidos.*⁷⁶

Aqui estamos muito longe da crença no potencial revolucionário da contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo. É verdade que as burguesias se “defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir à sua pressão em determinados ramos econômicos, **mas não combatem o sistema.**” A razão para a tendência à conciliação com os imperialistas deve ser buscada, evidentemente, nos interesses de classe: os burgueses

*sabem que a guerra ao imperialismo implica num ataque frontal às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. As burguesias que chegaram tão tarde ao cenário histórico, como a nossa, lutam simplesmente para uma melhor integração na economia mundial, para condições de existência mais favoráveis dentro do sistema imperialista.*⁷⁷

Noutras palavras, que não são as de Sachs: nossos burgueses sempre souberam que só podiam pleitear, no máximo, melhorias em suas acomodações de sócios menores. Não quer dizer que a burguesia não tenha conflitos com o imperialismo, afinal o “capital financeiro internacional explora não só o nosso operário, entra também em choque com a burguesia nacional.” Só que as posições dessas classes “em relação ao adversário diferem tão profundamente, como difere a sua posição na sociedade atual. Enquanto o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate e colabora com ele ao mesmo tempo.”⁷⁸

Seria vã, igualmente, a esperança daqueles que contavam com a cisão política da burguesia em dois setores, um nacional e outro pró-imperialista. Se a defesa de sua propriedade particular coloca parte da burguesia “em antagonismo com a burguesia de outros países e com o imperialismo”, por sua vez a

⁷⁵ MENDES, Eurico. Luiz Carlos Prestes e seus Aliados. *Movimento Socialista*, n. 2, Rio de Janeiro, 1959, p. 30.

⁷⁶ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética...* op. cit., p. 47.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 47, grifo meu.

⁷⁸ MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes...* op. cit., p. 33.

defesa da propriedade em geral cria o internacionalismo do capital, que encontra uma linguagem comum. É por isso mesmo, que a nossa burguesia mostra uma cabeça de Janus com duas faces: uma “entreguista” e outra “nacionalista”. A esperada divisão de águas da burguesia nacional não se dará. Há sim facções que defendem interesses imediatos, mas, como classe, a burguesia como classe não renuncia nem ao nacionalismo e nem às negociações.”⁷⁹

Eis porque a luta antiimperialista consequente só poderia ser liderada pelo proletariado, com a condição de que ele atue com “independência ideológica e orgânica” perante as correntes nacionalistas pequeno-burguesas que tendem a se aliar.

Sachs cuidou de mostrar que toda essa questão não tem natureza puramente teórica, pois incide em problemas concretos da luta de classes no país. Mencionou, no artigo, dois exemplos dos efeitos práticos da influência ideológica do nacionalismo nas lutas contra o imperialismo: a campanha “O petróleo é nosso” e um episódio envolvendo as indústrias Matarazzo que ganhara as páginas dos jornais. Quanto à nacionalização do petróleo, declarou-se favorável, já que ela impedia a fixação do imperialismo num setor chave da economia. Mas assinalava que, exatamente por cair no controle do Estado nacional burguês, o petróleo “ainda não é nosso”. Omitir que o petróleo será “nosso”, isto é, de todo o povo, somente quando o proletariado tiver tomado o poder e promovido a socialização dos meios de produção é esconder do operário “o conteúdo da luta de classes e é impedir que ele tome consciência da sua posição social.”⁸⁰

O caso envolvendo o grupo Matarazzo era igualmente emblemático. O anúncio da implantação de uma unidade fabril da American Can & Co. no Brasil preocupou o grupo Matarazzo, dono de uma fábrica nacional de latas metálicas. Desencadeou-se, segundo Sachs, uma onda de protestos nacionalistas contra a vinda da multinacional e em defesa da indústria brasileira, mas a coisa fugiu do controle quando uma comissão de inquérito no Congresso Nacional “teve de tomar conhecimento de uns fatos desagradáveis”: Matarazzo era, na verdade, sócio de um concorrente norte-americano da American Can. Pior que isso: ficou provado que ele deixava de adquirir matéria prima na CSN, de igual qualidade e a preços menores, para comprá-los de uma fornecedora belga. O mistério tinha, apesar de tudo, uma explicação racional: era um expediente para transferir, através da companhia belga, lucros ao sócio internacional. “Matarazzo, como concessionário da companhia americana, age justamente da mesma forma que qualquer capital estrangeiro, e transfere parte da mais-valia, criada pelo proletariado brasileiro, evitando que seja acumulada no Brasil.”⁸¹ Vale a pena lembrar que as indústrias Matarazzo eram ícones da indústria nacional.

A dimensão prática da questão nacional se configura, mais do que nos exemplos acima, nas orientações políticas que Érico Sachs extrai de sua análise. Para os que confundiram o marxismo com o nacionalismo, o socialismo no Brasil é um tema que pertenceria somente ao futuro distante. Sua proposta, por isso mesmo, é a de lutar por um Brasil desenvolvido e soberano, livre do jugo imperialista e convertido em nova potência capitalista do hemisfério

⁷⁹ MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética...* op. cit p. 48.

⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 49.

⁸¹ Id., *ibid.*, p. 50.

sul. Ora, a realização desta miragem seria difícilíssima nas atuais condições de domínio imperialista norte-americano sobre um sistema que integrou, a uma escala inédita, grande parte da economia mundial. Esta fase atual do imperialismo

representa um desenvolvimento histórico, que somente a revolução socialista mundial pode superar. O combate ao imperialismo mediante o restabelecimento das velhas economias nacionais, representa um sonho reacionário e utópico. O imperialismo só poderá ser vencido em escala mundial e por um proletariado com consciência internacionalista.

A necessidade do desenvolvimento da consciência internacionalista do proletariado é o que explica a exigência política da luta contra a submissão ideológica da classe operária à ideologia nacionalista. Reações nacional-libertadoras provocadas pelo imperialismo nos povos do mundo são aliados naturais da classe operária, assim como os nacionalistas brasileiros – “na medida em que são verdadeiramente antiimperialistas.” Mas tais movimentos não podem oferecer uma solução para a questão, do mesmo modo que não solucionam o conflito capital-trabalho. Por isso

combateremos a sua ideologia, como qualquer outra ideologia pequeno-burguesa, que queira dominar o proletariado e que visa à colaboração de classes, buscando apoio para o governo e a burguesia em nome da industrialização do país. A burguesia que cumpra sua tarefa histórica, – na medida que está em condições para isso – nós temos a nossa.⁸²

O corolário político da análise desenvolvida nestes artigos é, já sabemos, a proposta de organização do partido marxista revolucionário no Brasil, proposta que ganharia novo fôlego apenas dois anos depois, em Jundiaí, na fundação da POLOP.

SOBRE A CONTRADIÇÃO: TROCADILHOS FINAIS

Nosso pequeno experimento chegou ao final e é tempo de passar em revista os resultados obtidos. Encontramos um debate intenso sobre a questão nacional no campo marxista brasileiro nos anos pesquisados – e foram apenas quatro anos. O leitor formará sua própria opinião sobre a qualidade desse debate, obviamente, mas de nossa parte cabe registrar a variedade de teses e a multiplicidade dos recursos teóricos mobilizados. As mudanças táticas do PCB e, talvez de modo ainda mais evidente, a emergência das vozes dissonantes (a LSI e a intervenção de Érico Sachs) demonstram que os marxistas brasileiros foram capazes de iniciativas, no plano teórico, para tentar dar conta da questão nacional.

É provável que a fertilidade das discussões tenha conexão com a dinâmica que atravessava a vida social no Brasil dos anos 50. Os dados sócio-econômicos que apresentamos permitem uma visão, mesmo pálida, do que foi a agitação da década. A questão nacional, no sentido em que lidamos com ela neste texto, se impôs com força diante de vários fenômenos interligados dentre os quais a aceleração da industrialização, que repunha em bases novas o problema da

⁸² Id., *ibid.*, p. 53, grifos meus.

dependência externa; a mobilização dos trabalhadores rurais, vista com grande susto pelos grupos dominantes; a agitação operária, aproveitando e alargando, pela práxis, as possibilidades dadas pela estrutura sindical e pela legislação. Os comunistas tiveram de responder às provocações que a experiência de viver os anos 50 lhes jogava na face, e isso levava, em muitos aspectos, ao estudo da questão nacional.

Tais hipóteses, contudo, terão de ser testadas em outro momento. O que temos é suficiente apenas para que nos voltemos para o nosso objetivo, que é o de verificar a *hipótese Galissot*. Recuperamos modalidades diferentes de interpretação marxista da questão nacional e exploramos as profundas divergências entre elas. Para dizer melhor, entre a formulação da questão nacional, tal como aparece no interior da teoria da revolução nacional e democrática defendida pelo PCB, e as elaborações da LSI e de Sachs há mais do que uma simples divergência. Estas são *negações determinadas* daquela, trata-se de uma contradição, na verdade, a contradição principal entre o PCB e os outros marxistas. Nos dois polos dessa contradição – as abordagens da questão nacional feitas pelos comunistas do PCB e os “outros” – a verificação da hipótese Galissot adquire significado e alcance distintos. Num caso, efetivamente, o acolhimento da questão nacional é feita com o sacrifício da luta de classes e, por conseguinte, confirma a carência teórica: trata-se de um marxismo que precisou abandonar o núcleo de suas referências ontológicas para lidar com o problema da revolução nacional.

Quando criticaram e negaram a estratégia do PCB, e com ela a sua expressão tática, a noção de *contradição principal*, os “outros marxistas” expuseram uma contradição da linha política daquele partido com a centralidade da luta de classes, fundamento do marxismo. A dinâmica da acumulação de capital foi identificada com o interesse geral da nação e, como tal, estabeleceu os parâmetros da política do PCB. Interpretado em termos de luta hegemônica, esse passo significou acolher como sua a visão de mundo da classe dominante, ou seja, uma vitória estupenda para a classe que comandava o processo de acumulação (nem sempre *nacional*, como vimos) da riqueza obtida mediante a exploração do trabalho. A mesma Declaração que, ao propor a “frente única”, mencionava a necessidade de salvaguardar a independência ideológica dos comunistas, levava os comunistas a assimilar o núcleo ideológico do nacionalismo. Quanto à autonomia organizativa que, de acordo com aqueles comunistas, deveria ser também salvaguardada, vale lembrar que nenhum dos grandes aliados nacionalistas do PCB se comprometeu sequer com a legalização do partido, o que não impediu o apoio dos comunistas a Juscelino e ao Marechal Lott. Ao aceitar as premissas do nacionalismo na formulação da questão nacional, do modo como fez, o PCB adotou a perspectiva “incondicional”, que Lênin via como característica da concepção burguesa, ao invés de subordiná-la à luta de classes. A conclusão a que temos de chegar como consequência da análise é que, ao tratar da questão nacional, os pecebistas deixaram de lado elementos essenciais do marxismo, confirmando, embora parcialmente, a hipótese de que partimos. As consequências para a luta de classes, considerando as posições orgânicas ocupadas pelo PCB na classe trabalhadora brasileira, foram ainda mais sérias.

Significado oposto têm as formulações da LSI e de Érico Sachs. A questão nacional foi inteiramente concebida dentro da lógica da luta de classes, o que nega a *hipótese Galissot* do começo ao fim. As relações da burguesia nacional com o imperialismo e com os setores

latifundiários envolvem antagonismos pontuais e colaboração estratégica, o que torna ilusória – e perigosa – a expectativa na movimentação revolucionária da burguesia contra os exploradores externos ou contra o “atraso”. A luta contra a opressão imperialista depende do protagonismo independente do proletariado, que deve ser preparado ideológica e organizativamente para este desafio. Daí a necessidade de romper com a “tutela ideológica” do nacionalismo. Por ser um sistema de abrangência mundial e por ser a expressão do processo de integração internacional do capitalismo, o imperialismo não pode ser vencido individualmente por países nos quais a colaboração de classes viesse a proporcionar alguma variedade de “união nacional”. Só a revolução socialista mundial pode derrotar o imperialismo, razão por que a consciência política do proletariado não pode ser nacionalista, e sim internacionalista.

Um pequeno incômodo, para concluir. Por mais que a comparação feita hoje, em ambiente controlado como foi o caso deste experimento, resulte numa aparente superioridade teórica dos “outros marxistas” sobre o PCB (e, possivelmente, não só no que diz respeito à questão nacional), o fato histórico incontornável é que a LSI era microscópica e se desfez rapidamente, enquanto a organização que Érico Sachs viria a dirigir permaneceu muito pequena e com pouca influência sobre a classe operária, se comparada ao partido de Prestes. Para toda organização cujos objetivos se orientam para a direção da classe operária em movimento, a constatação de sua debilidade como força dirigente representa um fator muito negativo em qualquer avaliação política ou histórica.

Em defesa da relevância histórica dos “outros marxistas” poderíamos mencionar os débitos para com ela de um empreendimento teórico da importância da teoria da dependência ou, numa dimensão mais prática, influências bastante nítidas, ainda que difusas, nas experiências organizativas postas em movimento pelos trabalhadores brasileiros no final dos anos 70. De fato, as questões em torno das quais se fez, no período que estudamos, a luta política entre os marxistas do PCB e os “outros”, prosseguiriam abertas ainda por vários anos, talvez até hoje, com muitas idas e vindas. Toda a história posterior não só do marxismo no Brasil – que é também a história das contradições entre os marxistas – mas da própria classe trabalhadora, guarda relação com essas questões.

Ademais, a pesquisa da luta política entre os marxistas brasileiros, e o papel dos “outros”, os pequenos, nessa disputa, tem ainda um valor que não precisa ser anexado aos desdobramentos históricos posteriores. Uma das lições da história da esquerda, quando analisada levando-se em conta a interação antagônica entre as diferentes forças, é aprender que a luta política não é necessariamente vencida pela “melhor” tese, mas pelo contendor mais forte – e força, neste caso, vai muito além da qualidade teórica dos argumentos. Outra lição, esta com maior probabilidade de interpelar escolhas da esquerda brasileira de hoje, é a confirmação reiterada da validade inexorável daquela máxima antiga: quem pauta sua luta pelos objetivos dos adversários é sempre derrotado, mesmo quando parece vencer.